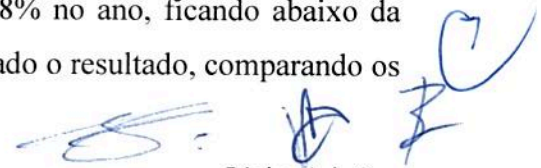


ATA DA 158ª (CENTÉSIMA QUINQUAGESIMA OITAVA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – COMIV - FUNDAÇÃO AMAZONPREV - REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

DATA, HORA E LOCAL: Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro do ano de 2019, às 10:00 horas, na sede da Fundação Amazonprev, situada à Avenida Visconde de Porto Alegre, 486 – Centro, reuniram-se os membros do COMIV para mais uma reunião ordinária, registrando a presença dos seguintes membros da Fundação Amazonprev: Alan Nascimento, Leonardo Cavalcanti, Bruno Costa Novo, Bruno Barroso representando a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, e como convidados os Srs, Marcos de Souza membro suplente da Assembleia Legislativa e Nuno Ponce de Leão, membro do Controles Internos da Fundação Amazonprev, na condição de ouvinte. Constando os seguintes registros: **1. RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS E RESULTADOS - Novembro/2019.** **a) Rentabilidade FPREV - Executivo.** Conforme validado pelo atuário, a rentabilidade dos recursos em novembro/19 foi de 0,0151%, acumulando nos últimos 12 meses uma variação de 13,3971%, frente a uma meta atuarial que corresponde ao mesmo período, na ordem de 0,9992% e 9,4713%. Apesar de no mês o resultado está abaixo da meta, o acumulado em 12 (doze) meses supera a meta em 3,5862%. **b) Rentabilidade FPREV ALE.** Também validado pelo atuário, registra-se rentabilidade no mês de 0,1374%, e em 12 (doze) meses de 13,0217%. Dessa forma, o resultado atuarial registra os seguintes percentuais: no mês 0,8533% abaixo da meta, e 3,2432% superior à meta nos últimos 12 (doze) meses. **c) Rentabilidade FPREV Ministério Público Estadual – MPE / PGJ.** Da mesma forma, registra-se a rentabilidade dos recursos em -0,5779% no mês, e 8,9521% em 2019, e quando comparado à meta atuarial para o período, fica abaixo no mês em 1,5615%, e no ano 0,4743%. **d) Rentabilidade FPREV do Tribunal de Justiça.** A rentabilidade registrada no mês foi de 0,6027%, negativo, acumulando ganho de 1,0028% no ano, ficando abaixo da meta em 1,5861% para o mês e 7,7359% em 2019. Foi analisado o resultado, comparando os







extratos de movimentação e de pagamento de folha de inativos TJA/FPREV, sendo observado que para o pagamento da folha foi necessário resgate de aplicação, e a contribuição recebida somente foi aplicada no último dia do mês, como a verificação da Rentabilidade considera as movimentações de aplicação e resgate, o resultado para o mês foi negativo. **d) Rentabilidade FPREV do Tribunal de Contas.** Com repasses iniciados em julho/2019, a rentabilidade, apurada pelo atuário, tem variação de -0,3785% no mês com acumulado anual de 7,8788%, mas abaixo da meta a meta em 1,3641% no mês atual e 1,4514% em 2019. **e) Rentabilidade FPREV da Defensoria Pública** Também validado pelo atuário, registra-se rentabilidade no mês de -0,4163% com acumulado no ano em 9,0999%, abaixo da meta em 1,4015% no mês, e no ano de 0,4531% em 2019. Por fim, considerando os resultados Consolidados da AMAZONPREV FPREV, o Comitê registra que as aplicações têm rendimentos em 2019 que acumulam ganho de 12,1611%, e que já superam a meta atuarial acumulada em 2019 em 3,1102%, representando ganhos financeiros na ordem de R\$ 528.914.599,15, demonstrando que a Estratégia de Alocação adotada tem se mostrado satisfatória para o Cenário atual. **2. Registro do CENÁRIO.** Informado pelo sr. Alan Nascimento que o Cenário apresentado resume os principais fatos que movimentaram o mercado financeiro em novembro/19, e foram sintetizados a partir do Relatório Comentário Econômico emitido pelo Banco Inter: Em novembro/19 o Dólar seguiu tendência de valorização alcançando R\$ 4,24. O dólar encerrou novembro com uma valorização de 5,5% e acumula alta de 9,4% em 2019. A desvalorização do real se acentuou a partir de agosto com o início do ciclo de cortes da taxa Selic, que vem reduzindo o diferencial de juros entre o Brasil e outros países, trazendo uma menor atratividade pela moeda local. Outros fatores vêm contribuindo para esse cenário, como a desaceleração global e uma expectativa de balanço de pagamentos mais fraco, tanto pela balança comercial como pela incerteza sobre o investimento direto estrangeiro. Por último, o fortalecimento do dólar segue uma tendência global frente às demais moedas devido às tensões comerciais e um desempenho da economia americana relativamente melhor. Essa mudança de patamar da cotação do real tende a permanecer, considerando a queda de juros no Brasil e ausência de investimentos estrangeiros significativos no curto prazo. Dólar / Real: Inflação pode ter aceleração temporária devido a um novo choque de preços. O IPCA em novembro e dezembro deve apresentar uma aceleração para entre 0,4% e 0,7%, encerrando 2019 em 3,7%. Essa aceleração, em parte esperada devido a efeitos sazonais, será mais acentuada pela alta repentina das carnes, impactada pela entressafra no mercado local combinada com a alta dos preços internacionais com a falta de carne suína na China. É esperado que a

elevação do IPCA deva seguir um padrão típico de choque de oferta sem uma contaminação generalizada de alta de preços. No entanto, considerando o novo patamar do dólar acima de R\$4,1, é revisada a expectativa para o IPCA em 2020 para 3,8%, ainda assim, abaixo da meta de inflação do ano que é de 4%. Apesar de uma expectativa de aceleração da inflação no curto prazo, o Copom poderá cortar os juros mais uma vez em 0,5% na última reunião do ano. Considerando que a alta no índice de preços deve refletir reajustes pontuais em itens considerados voláteis pelo comitê de política monetária, o comportamento estável dos núcleos de inflação e as expectativas ancoradas abaixo da meta devem determinar que é possível mais um corte na taxa Selic para 4,5%. No entanto, o aumento da incerteza em relação à estabilidade inflacionária é um ponto de atenção, e que deve indicar o fim do ciclo de cortes. IPCA – Núcleos: Mercado de juros teve correção com expectativa de inflação maior. Após atingir mínimas históricas, os juros de prazos mais longos voltaram a subir, refletindo uma maior incerteza em relação ao impacto da desvalorização cambial na inflação futura. Apesar dessa correção, os juros reais no Brasil, em cerca de 2,3% para prazos de 5 anos, continuam bem abaixo da média histórica. Essa mudança de patamar dos juros é estrutural e reflete os acertos na política fiscal de contenção de gastos e andamento de reformas, no entendimento do mercado financeiro. É estimado um juro neutro no Brasil entre 2,5% a 3%, e no curto prazo, a Selic a 4,5% com inflação ente 3,5% e 4% em 2020 significa um patamar estimulativo que deve contribuir para a aceleração da economia. Com a melhora da atividade e inflação chegando próxima da meta, é possível voltar a ter juros maiores a partir de 2021. Juros reais no Brasil: PIB no 3º trimestre deve ter crescimento de 1% a.a. e espera-se uma aceleração para 1,8% no 4º trimestre. Os dados de atividade mais recentes apontam para uma aceleração maior da economia no 4º trimestre e o PIB pode passar da taxa de 1% a.a. para próximo de 1,8%, com a contribuição do crescimento do crédito, puxado pela redução nos juros, o que vem incentivando o consumo e o investimento do setor privado. Após uma retração no começo do ano, os indicadores de confiança apontam para a potencial melhora da atividade. Os dados de sondagem da FGV indicam uma melhora da confiança em todos os setores pesquisados com destaque para o varejo, que vem crescendo nesse semestre refletindo os estímulos dos menores juros e saques do FGTS. O setor de construção também voltou a apresentar melhora no indicador de confiança depois de uma lenta recuperação lenta desde 2014. Índices de Confiança: No mercado internacional as negociações entre EUA e China podem avançar e os dados de produção industrial global já indicam uma melhora a partir de outubro. Após uma retração no primeiro semestre, a produção industrial global indica uma leve recuperação nos últimos meses. O principal



indicador de recuperação veio da China, apontando uma retomada após estímulos locais e uma possível melhora na expectativa de acerto do comércio com os EUA. Ainda assim, mantemos o cenário de moderação do crescimento em 2020, ainda com um baixo patamar de inflação global, mesmo com as baixas taxas de juros. **3. ESTRATÉGIAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO.** Analisa-se que: O início do mês de dezembro/19 foi marcado por notícias favoráveis ao mercado. Com relação aos juros, o COPOM reduziu a taxa Selic para 4,5% a.a. sem especificar os próximos passos, ainda mencionou que o processo de recuperação da economia ganha “tração” e que no âmbito global, o cenário segue favorável aos emergentes devido aos estímulos monetários nas principais economias. O COPOM também projeta inflação abaixo do centro da meta em 2019, 2020 e 2021. Um ponto importante destacado pelo BACEN é a fase inicial do acordo em EUA e China reduzindo as incertezas relacionadas à guerra comercial. De qualquer forma, os especialistas de mercado indicam um crescimento global levemente melhor em 2020, o que deve manter uma maior tendência do investidor a tomar mais riscos. Com resultados positivos na economia interna, as projeções do PIB já estão mais otimistas para 2020, porém, há unanimidade de que a real melhora do crescimento do país deve ser precedida de mudanças estruturais na economia, trazendo maior confiança aos investidores e melhora do mercado de trabalho. Por fim, dada a informação de que o custo do swap de default de crédito (CDS) de cinco anos do Brasil, uma medida de risco de calote do país, caiu para 100,8 pontos (menor nível desde 2013 quando o país era grau de investimento), a agência de classificação de risco Standard & Poor’s (S&P) revisou a perspectiva da nota de crédito do Brasil de estável para positiva. De acordo com a agência, o governo brasileiro continua a implementar medidas de consolidação fiscal que tem ajudado a reduzir o ainda alto déficit do país. A expectativa é que para 2020/2021 o Brasil recupere o grau de investimento trazendo de volta os recursos dos investidores estrangeiros. Com essas notícias, o mercado financeiro ganhou ânimo, os juros no mercado futuro voltaram a registrar taxas menores na ponta mais longa da curva, favorecendo os ativos indexados aos títulos públicos de vencimento mais longo, e a bolsa de valores registrou seguidos recordes de valorização. Com base nessas informações, o comitê entende como imprescindível a alocação de recursos em fundos de Renda Variável, no entanto, a Política de Investimentos aprovada para 2019, ainda válida, destinou somente 16% para esses produtos, e esse limite já foi atingido, ou seja, até o fim do mês de dezembro/19 novas alocações poderão causar desenquadramento das aplicações. Ficando, então, definido que os recursos devem ser mantidos como estão, até o encerramento do exercício, com garantia da meta atuarial, devendo o Comitê se reunir extraordinariamente no

dia 06/01/2020 para a definição da alocação desses recursos em Renda Variável. Assim, por ora, o comitê sugere: **3.1. FPREV EXECUTIVO: a) Novos Recursos:** os novos recursos devem ser direcionados para fundos de Alocação do Bradesco, Caixa, BB e Santander, sem prejuízo do enquadramento dos recursos, inclusive os que já estão disponíveis em conta corrente. **b) Fundos de Curto Prazo.** Manter, regularmente, saldo de aplicação no **fundo Bradesco Maxi Poder Público** no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), já que possui baixa automática otimizando o processo de pagamentos de rotina, incluindo folha de pagamento de aposentados e pensionistas do FPREV **3.2. FPREV ALE:** Ratear entre os fundos: Itaú Alocação Dinâmica, Caixa Gestão Estratégica e Icatu Vanguarda FI RF Inflação Crédito Privado. A estratégia busca obter resultados acima do CDI no Longo Prazo através da gestão ativa desses produtos, conforme sugerido pelos representantes da ALE, ficando para posterior decisão movimentação para fundos de ações. Os demais membros de Comitê manifestaram-se favoráveis a operação. **3.3 MPE FPREV.** Novos Recursos: Direcionar para o Fundo Bradesco Alocação Dinâmica, visando obter resultados acima do CDI no Longo prazo. **3.4 DPE/AM-FPREV. a) Novos Recursos:** Direcionar para o Fundo Bradesco Alocação Dinâmica, visando obter resultados acima do CDI no Longo prazo. **3.5. TJ/AM-FPREV. a) Novos Recursos:** Direcionar para o Fundo Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5, em linha com os dados apresentados no Cenário e buscando resultados acima do índice no longo prazo, e cumprindo os termos da Política de Investimentos da Amazonprev. **3.6. TCE/AM-FPREV. a) Novos Recursos:** Direcionar para o Fundo Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5, em linha com os dados apresentados no Cenário de curto prazo, buscando resultados acima do índice no longo prazo, e cumprindo os termos da Política de Investimentos da Amazonprev **3.7 Outros Repasses – TCE e TJAM: a)** O sr. Leonardo registra a dificuldade de operacionalizar o pagamento das folhas de aposentados e pensionistas para os recursos aplicados no fundo Bradesco IRF M1, portanto solicita migrar esses valores para o fundo Maxi Poder Público, haja vista que, pela análise do saldo esses valores correspondem à recursos do Fundo Financeiro. **b) Novos recursos:** os novos recursos recebidos pelo TCE e TJAM, devem ser direcionados para o fundo Maxi Poder Público, visando otimizar a operacionalização do pagamento de inativos e pensionistas desses órgãos. Todos foram de acordo. **3.8 Fundo Financeiro - EXECUTIVO, ALE, DPE e MPE:** Aplicar os recursos no fundo Bradesco Maxi Poder Público, facilitando a operacionalização dos pagamentos das folhas de inativos e pensionistas desses órgãos. Devem ser observados os limites para aplicação conforme legislação vigente. **3.9. COMPREV.** Manter os recursos aplicados no fundo Bradesco Alocação Dinâmica, de forma manter o enquadramento dos



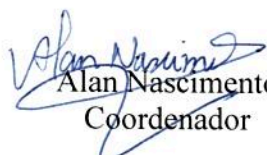
recursos da Amazonprev. **3.10. Recursos da Taxa de ADM:** Os Novos Recursos repassados pelo Poder Executivo, devem ser aplicados no fundo Maxi poder Público, direcionando o residual, se houver, para o Fundo Caixa Gestão Estratégica. Aos valores repassados pelos demais órgãos serão mantidas as aplicações atuais. Havendo necessidade, a GERAF/COFIN pode solicitar transferência de valores da Caixa para o Bradesco. **4. FLUXO DE CAIXA.** Registra-se a posição em 29/11/2019: **FPREV EXECUTIVO:** Total de Recursos: R\$ 4,980 bilhões, sendo Fundos de Investimento: R\$ 4,279 bilhões, incluído R\$ 9,077 milhões de recursos da Defensoria FPREV, que passaram a ser registrados separadamente do Executivo; TPF: R\$ 626,610 milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada; Títulos CVS: R\$ 12,334 milhões; Imóveis: R\$ 62,060 milhões. **FPREV ALE:** Fundos de Investimento: R\$ 10,021 milhões; TPF: R\$ 2,129 milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada. **FPREV MPE/AM:** Totalizando os recursos em Fundos de Investimentos e disponibilidades em conta corrente: R\$ 139,436 milhões. **FPREV-TJAM:** R\$ 17,248 milhões em Fundos de Investimentos. **FPREV-TCE:** R\$ 3,260 milhões aplicados em Fundo de Investimentos. **Totalizando os demais Recursos da Amazonprev, atinge-se a marca de:** R\$ 5,781 bilhões. **5. DELIBERAÇÃO SUPERIOR.** Para registro que todas as sugestões apresentadas na Ata 157/2019 foram aprovadas pela Diretoria. Estão pendentes: a movimentação inicial para o fundo AZ Quest Small Mid Caps, pois foi informado pelos representantes da instituição que o fundo fechou para novas captações, no entanto, há possibilidades de abertura temporária do fundo e, ainda, um novo produto foi lançado com a mesma estratégia tendo os RPPS como público alvo. Nesse caso, o comitê decidiu por aguardar a provável abertura do fundo AZ Quest Small Mid Caps, esperando o novo produto aumentar de Patrimônio e de cotistas. E a movimentação para o fundo SulAmérica Equities FI Ações, devido a necessidade de Credenciamento da Amazonprev junto à BEM DTVM (administradora do fundo), cujo processo já está em andamento O sr. Alan também informou que a movimentação, conforme sugerida pelos representantes da ALE, não foi integralmente atendida por questões operacionais, mas que os novos recursos, por ora, podem ser direcionados somente para o fundo Icatu Vanguarda Inflação CP LP. **6. POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2020.** Para registro, o Plano de Aplicações e Investimentos, apresentado pela Amazonprev foi aprovado pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração. No dia 19/12/2019 será apresentado em audiência pública na sede da instituição. **7. APLICAÇÕES BANCO BTG.** Após reavaliação de denúncias sobre o sobre banco BTG Pactual, conforme registros nas Atas anteriores, o comitê decide por retomar com novos aportes ao fundo BTG



ABSOLUTO FIQ FIA, pois está confirmado que o fundo não apresentou nenhuma redução na quantidade de cotistas, no patrimônio líquido e seu retorno ficou dentro dos parâmetros do mercado. Outra informação importante, é que o Fundo não possui ativos do Banco BTG na sua carteira. A definição do valor a ser aportado e do período será definido em reunião do Comitê no dia 06/01/2020. **09. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES EXTERNAS 2020.** Em atendimento às sugestões de melhoria apresentadas na auditoria do Pró Gestão, o Comitê submete o Cronograma de atividades externas para 2020, visando: **9.1 Visitas de Diligências às instituições financeiras para atendimento aos critérios estabelecidos no Manual Pró Gestão Nível III:** Janeiro: 21 a 23 / Agosto: 21 a 23. **9.2 Participação em Congressos das Associações: 2º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS,** nos dias 11 a 13 de março em Florianópolis; **53º Congresso Nacional ABIPEM** em junho/2020. **9.3 Treinamentos específicos para a área de investimentos:** 27 e 28 de Maio: Gestão de Risco Operacional, Compliance e Governança Corporativa; 07, 08 e 09 de agosto: Fundos de Investimento – Gestão de Risco. Os cursos estão sendo oferecidos pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF. Devem participar dessas atividades todos os membros do Comitê de Investimento, assim, solicita-se que o Cronograma seja autorizado e encaminhado ao COGEP para providências referentes à diárias e passagens. **10. FATO RELEVANTE.** Foi dada ciência sobre a publicação da Lei Complementar nº 201/2019, que altera a LC nº. 30/2001: Alterada a alíquota de contribuição dos segurados de 11% para 14%, e cota patronal de 13% para 14% no plano previdenciário, e de 22% para 28% no plano financeiro; os repasses das contribuições realizadas pelo Estado passam a ser realizados até o 15º dia de cada mês após o pagamento dos segurados; os beneficiários do FFIN com idade igual ou superior a 76 anos até 31/12/2019 ficam transferidos ao FPREV. As alterações trazidas pela LC 201/2019 trazem impacto nas projeções de receita e despesa presentes na Política de Investimentos, Planejamento Estratégico e Avaliação Atuarial. Constaram em Ata os registros dos ajustes dessas alterações. **11. ENQUADRAMENTO.** O Sr. Alan observou que eventuais desenquadramento à Resolução CMN 3.922/10 ao final de exercício traz uma série de dificuldades operacionais, pois a retificação somente pode acontecer no exercício seguinte, portanto, os comitentes concordaram em, havendo disponibilidade de recursos em conta corrente, nos últimos dias do ano corrente, e os fundos indicados em Ata e aprovados pela Diretoria, não comportarem mais recursos para novas aplicações, que os valores sejam alocados no fundo Bradesco DI Premium, devido ao tamanho do Patrimônio do fundo, evitando desenquadramento de limites de PL do fundo, e da possibilidade de resgate em D+0. **12. ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar,



foi encerrada a reunião, ficando prevista para o dia 15/01/2020, a próxima reunião Ordinária do Comitê, da qual eu, Alan Nascimento, coordenador do COMIV, redigi a referida Ata, que assino com os demais membros abaixo nominados.


Alan Nascimento
Coordenador


Bruno Costa Novo
Secretário


Leonardo Cavalcanti
Membro


Bruno Barroso
Membro